

A FALSIFICAÇÃO E O TEATRO GREGO: DUAS FACES DA MESMA MOEDA ^{1*}

Lorena Lopes da Costa ^{**}

Resumo:

O presente artigo busca discutir a ficção para além do ψεύδος (pseúdos) no mundo grego. Para tanto, examino o estatuto da ficção e do ficcional a partir de moedas falsas. Na relação do homem grego com sua moeda, falsa ou verdadeira, deparamo-nos com situações em que moedas falsas são autorizadas a integrar a circulação, tornando-se, conseqüentemente, equivalentes às verdadeiras; há também moedas falsificadas capazes de pôr em xeque as verdadeiras; e ainda as falsas que podem se tornar mais verdadeiras do que as reais. É preciso notar que o contraste vocabular entre ψεύδος e ἀλήθεια (alétheia) não permite perceber a fluidez da fronteira entre uma ideia e outra. Donde, talvez, a contribuição de observar como essa mesma fronteira se comporta nas práticas do mundo grego pouco familiares às noções de ψεύδος e ἀλήθεια (como no caso das moedas), mas que, inevitavelmente, participam de sua elaboração e sofisticação. Tais práticas ajudam, assim, a explicar o pacto de ficcionalidade no teatro clássico.

Palavras-chave: falsificação; moedas falsas; moedas verdadeiras; ficção; teatro.

LA CONTREFAÇON ET LE THÉÂTRE GREC: DEUX FACES D'UNE MÊME PIÈCE

Résumé: Dans cette réflexion, je voudrais discuter la fiction au-delà du ψεύδος (pseúdos) dans le monde grec. J'examine, pour ce faire, le statut de la fiction ou du fictionnel, en particulier dans les fausses pièces. Dans la relation de l'homme grec avec sa monnaie, tant réelle que fausse, on est confronté à des situations où il y a des pièces fausses qui sont autorisées à intégrer

* Recebido em: 07/07/2016 e aceito em: 31/08/2016.

** Doutora em História pela UFMG, sob orientação do Prof. José Antonio Dabdab Trabulsi. E-mail: lorenalopes85@gmail.com.

la circulation et, par conséquent, sont équivalentes aux vraies; ainsi que pièces contrefaites qui sont capables de mettre en échec la vraie monnaie; et encore des contrefaites qui peuvent devenir plus réelles que les réelles. Il faut noter que le contraste entre ψεύδος e ἀλήθεια (alétheia) ne permet pas de percevoir la fluidité de la frontière entre une idée et l'autre. D'où, peut-être, la raison d'observer comment cette même frontière se comporte dans les pratiques du monde grec, en principe pratiques peu habituées aux notions de ψεύδος e ἀλήθεια (comme dans le cas de la monnaie), mais qui, inévitablement, ont participé à leur élaboration et à leur sophistication. Et qui aident (ces pratiques) à expliquer le pacte de fiction au théâtre classique.

Mots-clés: contrefaçon; fausses pièces; varies pièces; fiction; théâtre.

I - Introdução: sobre o ψεύδος

Para a ideia de verdade, já em Homero o vocabulário grego apresenta formas variadas, tais como ἀλήθεια (*alétheia*, verdade, que se acredita ter significado, inicialmente, algo sem esquecimento, algo não esquecido), ἔτυμος (verdadeiro), ἐτεός (genuíno), dentre outras (LEVET, 1976; BRANDÃO, 2005). Por outro lado, para a mentira, o falso, o ardid, a invenção, o errôneo, o fictício e a ficção não há, na tradição grega, mais do que uma denominação: ψεύδος (pseûdos).² Tal restrição vocabular não pode, porém, enganar-nos: a noção de *pseûdos* é ampla e a compreensão grega da mentira e de suas variações é bastante elaborada. Empreendendo graus de ficcionalidade diferentes ao contar suas histórias, Odisseu será o exemplo arquetípico da consciência do fictício e do falso. Ele é, na tradição, o primeiro a mentir, e a mentir de maneira variada: contando mentiras maiores e menores, mais distantes ou mais próximas da verdade, todas elas ψεύδεα, e, no extremo, entregando-se à mais *pura invenção*, ψεύδος.

Noutro extremo, o mitógrafo Acusilau de Argos³ inaugura, no século VI a.C., o tema do documento original na tradição do Ocidente (GRAFTON, 2004). O mitógrafo estreia o uso do documento como meio de comprovar a veracidade de suas histórias fabulosas. Através da “autoridade” das tabuinhas de bronze encontradas no jardim da casa de seu pai, Acusilau de Argos experimenta evidenciar a saga de seus deuses e heróis. Suas afirmações nesse sentido são atestadas de forma inovadora pela força de um documento original que, segundo sua intenção, permite supor que seria o necessário para garantir seu teor de verdade, de modo a desenvolver a credibilidade no interlocutor. De maneira parecida, atentos ao documento verdadeiro, histo-

riadores, oradores e filósofos coevos também passam a citar não apenas os discursos, mas os documentos que comprovariam o argumento de suas verdades. Tucídides, por exemplo, reivindica insistentemente a necessidade de o historiador sério (em oposição a Heródoto e aos outros logógrafos, como os denomina) embasar seu relato com o testemunho. Antes deles, Pisítrato, visando não ao documento original, mas ao menos a um registro oficial para servir daí em diante como autoridade, determina a fixação dos cantos da **Iliada** e da **Odisseia**. A iniciativa do tirano demarca, ainda que de forma arbitrária, um limite entre o que pertence a Homero e o que não pertence, estabelecendo não o registro original (cuja noção mesma seria incompatível com a reivindicação), mas, ao menos, o registro do oficial, do mais verdadeiro. Não obstante, o mesmo Pisítrato e também Sólon são acusados de terem interpolado versos da glória de Atenas nos textos homéricos fixados, infringindo assim o texto oficial com entrecchos não verdadeiros.

Veem-se no século V, ademais, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das inscrições oficiais, responsáveis por provar os direitos e os títulos de propriedade, bem como a proliferação de inscrições oficiais demarcando e comprovando as decisões públicas. Atenas, assim, demonstra dar crédito e atestar o crédito, ela também, dos documentos originais e verdadeiros. Da mesma maneira, a fim de se resguardar do falso, a cidade vai estabelecer as regras a serem observadas na verificação das moedas destinadas ao tesouro, estabelecendo até mesmo cargos para especialistas treinados a comprovar ou desmascarar a autenticidade das peças.

II - As moedas falsas em Atenas: um índice da plasticidade da fronteira entre o falso e o verdadeiro

Observa-se, a partir de algumas inscrições gregas, que a estampa (ou o caráter) [χαρακτήρ] da moeda, seja a moeda produzida nas casas de fundição, seja a produzida nas oficinas domiciliares, devia seguir as prescrições da *pólis*, assim como era preciso seguir as prescrições oficiais para o peso e a liga dos metais (CALLATAÿ, 2009; BABELON, 1979).⁴ As faces da moeda deviam indicar não apenas a identidade da região (no caso de Atenas, a famosa coruja e as letras iniciais do nome da deusa da cidade) onde a moeda iria circular, como deviam indicar os responsáveis pela série de moedas. Além disso, qualquer que fosse sua origem, as moedas tinham de passar pelo crivo do responsável pela verificação [δοκιμασία] da autenticidade, de modo que,

caso apresentassem peso inferior ou liga inadequada em relação ao peso e às ligas oficiais, o responsável pela produção pudesse ser punido até mesmo com a morte, se confirmada sua intencionalidade (HEISSERER, 1984). É, ao menos, o que mostra o documento epigráfico da convenção monetária entre as cidades de Mitileno e da Focea, datado dos últimos anos do séc. V a.C. ou, o que é mais provável, do séc. IV a.C. [αἰ δέκε καταγ[ρέ]θηι τὸ χρύσιον κέρ-
ναν ὑδαρέστερον θέλων θανάτωι ζαμι-/ ὠσθω] (I.G. XII, 2, 1).

Por outro lado, uma estela de mármore, descoberta apenas em 1970 durante as escavações na Ágora de Atenas, informa-nos que as moedas falsas, detectadas pelo δοκιμαστής (o responsável por avaliar a veracidade da moeda), poderiam ter dois destinos diferentes (I, 7180).⁶ Segundo o documento, cuja intenção parece ser, com efeito, a de orientar o δοκιμαστής em seu trabalho de verificação da autenticidade das moedas, se alguém apresentasse moedas falsas (cunhadas em oficinas não autorizadas) cujo caráter fosse *o mesmo* do caráter ático (a coruja e as letras iniciais da deusa Atena) e elas tivessem valor ponderal e metálico correspondente ao ático, essas moedas estariam autorizadas a circular no comércio ateniense. Mas se, ao contrário, as moedas, mesmo tendo *o mesmo* caráter da oficial, não correspondessem a ela, quer dizer, não tivessem o padrão ponderal e metálico correspondente ao da moeda cunhada em Atenas, então deveriam ser danificadas (riscadas ao meio) e, depois disso, consagradas à Mãe dos deuses e depositadas na Boulé (Conselho).

O encarregado de avaliar a genuinidade das moedas, portanto, ao apurar as moedas falsas, deveria distinguir entre elas (entre as falsas) as boas das ruins. Se a moeda falsificada fosse boa, então poderia circular; se não fosse boa, antes de ser levada ao templo da deusa protetora, deveria ser arranhada ao meio, ficando, daí em diante, marcada com a insígnia da proibição.

Fica decidido pelos Legisladores [νομοθέται], no arcondado de Hippodamas; Nikofon tendo feito a proposta: moeda de prata deve ser aceita quando [parecer ser] de prata e portar o caráter [χα[ρακτῆρα]] oficial. O avaliador público [δοκιμαστής], assentado [às] mesas, deve testar; de acordo com essas orientações todo [dia, exceto] em dia de pagamento; quando ele deve fazer seu trabalho de avaliar no [Bouleutérion]. Se alguém apresentar [moeda estrangeira de prata] com o mesmo caráter que a ática [ἔχον τὸν αὐτὸν χαρακτήρα τωι ἀτι[κῶ]ι], [se ele for bom], o avaliador deve devolvê-la a quem a

*apresentou, mas se ela for [de bronze no núcleo] ou abaixo do peso, ou falsificada, ele deve atravessá-la com um risco [imediatamente] e [ela] deve ser consagrada à Mãe dos Deuses e ser [depositada] por ele junto à Boulé. (I 7180. 1-13, tradução nossa)*⁷

Com relação às moedas falsas que deviam ser aceitas no comércio, ao invés de riscadas ao meio e consagradas à deusa, o documento não deixa dúvida: trata-se de moedas que tinham “o mesmo caráter que o ateniense” [ἔχον τὸν αὐτὸν χαρακτήρα τοι ἄττι[κῶ]ι]. Ora, sendo “o mesmo que o ateniense”, o caráter da moeda falsa só poderia ser algum que não o ateniense, embora semelhante a ele: portanto, um caráter falso. Nesse caso, o caráter, que era falso por não ser o ateniense, não era danificado de ponta a ponta, porque a moeda, apesar dele, era como a verdadeira, tornando-se, por isso, autorizada pela cidade a circular, e verdadeira também. Pelo texto, pode-se concluir que muitas das moedas falsas eram falsificadas com “boa-fé”, uma vez que, respeitando o valor ponderal e metálico da oficial, os falsificadores não elevavam seu valor aparente lucrando sobre o valor real. Ao reconhecer essa “boa-fé” da ação, a *pólis* não punia o falsificador nem proibia o uso da moeda; ao contrário, permitia que ela circulasse e fosse aceita no comércio.⁸

Curiosamente, as moedas falsas que existiam na Atenas clássica, apesar de falsas não eram denominadas *ψεύδεα* (fossem elas as riscadas ao meio ou as aceitas no comércio). A moeda falsa, conforme a inscrição *έκίβδηλος* (e *ἀποδεδοχμασμένος*, segundo outras fontes), ao menos em princípio é tecnicamente falsa, podendo ter sido adulterada no peso ou na liga dos metais. No plano vocabular, também os verbos *κίβδηλεύειν*, *παραποιεῖν* e principalmente *παρακόπτειν* indicam tecnicamente a ação de falsificar, além do conhecido *παραχαράττειν* (BYWATER; MILNE, 1940). A diferença lexical, no entanto, não impede a observação de que, ao aceitarem a circulação de uma moeda *κίβδηλος* legitimando-a, os atenienses acabavam por imiscuir o falso e o verdadeiro num objeto concreto, criando um objeto tão verdadeiro quanto o verdadeiro, embora fosse falso.

II.I - Sobre as moedas falsas em Diógenes Cínico

A inscrição descoberta na Ágora, em 1970, com as orientações a serem seguidas pelo *δοκιμαστής* (o encarregado pela apuração da autenticidade das peças), não é um caso isolado cujo teor problematiza a fronteira, extremamente fluida, entre falso e verdadeiro, através de uma prática não

inscrita no universo do ψεύδος. Da mesma maneira que a falsificação de “boa-fé” pode ajudar na apreensão dessa fronteira, também a falsificação de “má-fé” pode dar outras pistas no sentido de apreendê-la. Logo na abertura do livro consagrado a Diógenes Cínico, D. Laércio narra a história em que a falsificação da moeda aparece como a causa do exílio de Diógenes e a oportunidade para sua iniciação filosófica.

Diógenes de Sínope era filho do banqueiro Icésio. Diocles diz que ele foi banido da sua cidade porque seu pai, que era responsável pelo dinheiro do estado, falsificou a moeda [παραχαράξαντος τὸ νόμισμα]. Mas Eubúlides, no Sobre Diógenes, diz que o próprio Diógenes fez tal coisa e foi exilado com o pai. Aliás, ele mesmo, no Pôrdalo, afirma ter falsificado a moeda [παραχαράξει τὸ νόμισμα]. Alguns dizem que ele se tornou administrador e que, tendo sido corrompido por alguns trabalhadores, foi até Delfos — ou ao oráculo Délio da sua cidade — perguntar a Apolo se poderia fazer aquilo a que era induzido. Teve, então, o consentimento para alterar as instituições políticas, mas não entendeu bem e falsificou a moeda [τὸ κέρμα ἐκίβδηλευσε]. Depois, quando foi descoberto, segundo alguns, foi exilado, mas, segundo outros, deixou a cidade voluntariamente, com medo. Outros dizem ainda que ele recebeu do pai a responsabilidade de cuidar da moeda e adulterou-a [διαφθεῖραι]; o pai morreu na prisão e ele fugiu; foi em seguida para Delfos e perguntou não se poderia falsificar [παραχαράξει], mas o que deveria fazer para ser mais famoso e assim recebeu o referido oráculo. (DIÓGENES LAÉRCIO. VI, 20-1, tradução de Flores-Júnior)

O tema da falsificação da moeda é, na verdade, um tema que aparece em D. Laércio não apenas nessa passagem, mas que está no centro de uma tradição que fez desse episódio da vida de Diógenes Cínico um exemplo privilegiado da doutrina cínica. É que a plasticidade das possibilidades interpretativas da passagem soma-se à conservação da anedota pela tradição, de modo a confirmar um dos traços fundamentais do *corpus* cínico: a recusa do uso da moeda corrente, entendida como uma escolha que não exatamente a refuta, mas refuta seu uso corrente e inverte esse uso para deixar mais evidente sua crítica a ele (FLORES-JÚNIOR, 2000). Em outras palavras, Diógenes Cínico, tendo ou não falsificado a moeda, ter-se-ia aproveitado da história tal como a tradição cínica o faria.

Da expressão *παραχαράττειν τὸ νόμισμα*, utilizada no relato de D. Laércio, é possível pensar em três possíveis significados (BYWATER; MILNE, 1940). Em primeiro lugar, o *παρα*, aglutinado ao verbo *χαράττειν*, poderia indicar a má qualidade da ação que se segue a ele, qual seja, a de marcar o material da moeda com um caráter, formando assim o *παραχαράττειν*. Assim, a expressão traduziria a ação de marcar uma moeda com uma efígie de modo a produzir uma impressão ruim. Um segundo significado indicaria a mudança do timbre que marca moeda, a partir da fabricação de um *χαρακτήρ* falso, dando vazão ao sentido metafórico da expressão. Um terceiro significado, por fim, indicaria a falsificação de forma mais direta, enfatizando a ação de utilizar um caráter falso para produzir o dinheiro falso, tal como um falsificador profissional de moeda faz. Os três sentidos, obviamente, guardariam elementos em comum, podendo se confundir, mas dos três, principalmente o segundo significado revelaria a riqueza da expressão que interessou aos Cínicos. Tem-se, nesse segundo sentido, que a ação de falsificar, ao ser nomeada *παραχαράττειν τὸ νόμισμα*, privilegia não o conteúdo, mas a estampa que cobre a moeda, de modo que a moeda resultante dessa ação terá sido impressa com uma nova efígie, ainda que sem abandonar o material já existente. Dessa forma, quando o falsificador executa tal ação [*παραχαράττειν τὸ νόμισμα*], introjeta algo novo no que já existe. Ele cria o novo por meio da estampa, mas preserva o já existente. E, fazendo isso, não recusa totalmente a moeda, apenas altera uma parte dela, que é precisamente o seu caráter.

É sabido que Diógenes Cínico teve o costume de tomar um material e imprimir sobre ele um novo caráter, aproveitando o material existente para dar a ele um novo uso. Citando apenas o exemplo mais evidente, ele fez do tonel sua morada: tomou o tonel, o material já existente; imprimiu sobre ele o novo caráter, o da morada; e deu a ele o novo uso, recusando seu uso corrente imediato (ou, mais precisamente, deu a ele o uso mais simples, simplificando o costume mesmo da morada).⁹ O duplo sentido da palavra *νόμισμα* – moeda, mas também costume – só enriquece o relato. Falsificar a moeda [*τὸ νόμισμα*] calha como metáfora do procedimento cínico em que um costume [*τὸ νόμισμα*] é alterado para que outro seja colocado em evidência como possível substituto. Por outro lado, sabe-se que a falsificação das moedas era plenamente possível no tempo de Diógenes. Um estudo sobre a emissão das moedas de Sínope, no séc. IV a.C., revela que um conjunto de moedas falsificadas foi encontrado exatamente na região do Ponto,

datado da época em questão (DUDLEY, 1967). A expressão παραχαράττει τὸ νόμισμα no relato de D. Laércio, dessa forma, parece ir totalmente ao encontro da tradição cínica, iluminando-a com seu valor metafórico bem como com seu valor histórico, pois tendo em vista uma filosofia que tem no “falar franco e claro” (FLORES-JÚNIOR, 2000, p. 28) um de seus princípios, é pouco provável que o episódio de Diógenes Cínico falsificando as moedas em Sínope não tenha ocorrido. Soma-se em defesa do fato, além do que afirmam as outras fontes citadas no relato do filósofo, a informação dada por Diógenes mesmo, atribuída a ele por D. Laércio, que, no Pórdalo, atesta sua ação de falsificar as moedas [αὐτὸς περὶ αὐτοῦ φησιν ἐν τῷ Πορδάλω ὡς παραχαράττει τὸ νόμισμα] (DIOGENES LAÉRCIO.VI, 20.5).

A possibilidade de confirmação (ou da não confirmação) do valor histórico que resguardaria o caso da falsificação das moedas por Diógenes, no entanto, não deve implicar separá-lo de seu valor como construto metafórico. Exatamente nessa confluência residiria a força do relato para a tradição cínica. Também nela seria possível apreender, tal como no caso das moedas falsas que circulavam como verdadeiras em Atenas, a falsificação enquanto elemento fundamental de uma cultura que, ao invés de escolher o falso em detrimento do verdadeiro, mistura o falso com o verdadeiro sem refutar o material já existente e, aproveitando-o por meio da marcação de um novo caráter, faz com que um objeto falso torne-se apto a ter um uso tão verdadeiro quanto o objeto verdadeiro.

II.II - Sobre as moedas falsas em Alexandre, o Grande

O episódio narrado por D. Laércio sobre Diógenes Cínico é aludido por outras fontes, dentre elas Plutarco, que, de forma rápida, mas não ingênua, explora, se não a polifonia, ao menos a ambiguidade do evento no texto **Sobre a fortuna ou a virtude de Alexandre**. Plutarco conta que Alexandre, o Grande, cuja admiração por Diógenes Cínico era notória, teria dito que, tal como fizera o filósofo de Sínope, também ele falsificaria a moeda. Alexandre propunha alterar o caráter da cunhagem nas peças fornecidas pelos povos conquistados, de modo a imprimir sobre elas a marca do Estado grego. Em outras palavras, ele alteraria a moeda [νόμισμα παρακόψαι] e falsificaria, assim, a moeda bárbara [καὶ παραχαράττει τὸ βαρβαρικόν]. A passagem, porém, deve ser entendida como uma espécie de conclusão que coroa a explicação do historiador sobre o imperador macedônico. Segundo

Plutarco, Alexandre teria misturado aos costumes gregos os costumes de outros povos, civilizando cada país, disseminando a justiça helênica e a paz sobre cada nação, alargando os limites do mundo conhecido. Esse imperador que tanto fizera era também grande admirador de Diógenes, a ponto de ter dito certa feita: “se eu não fosse Alexandre, Diógenes seria” [‘εἰ μὴ Ἀλέξανδρος ἦμην, Διογένης ἂν ἦμην’] (PLUTARCO. **Sobre a fortuna ou a virtude de Alexandre** 332). A admiração de Alexandre por Diógenes não revela, porém, nenhuma insatisfação com seu exercício de poder, o que poderia se depreender da afirmação. Alexandre não desejava ser filósofo como Diógenes mesmo o tendo em grande estima, por já enxergar em si um filósofo em ação, um filósofo em seu propósito maior: o de misturar [κεράννυμι] o mundo não grego ao mundo grego, as coisas dos bárbaros às coisas gregas. Sem desejar abandonar seu lugar, Alexandre admirava a simplicidade e a autonomia (o bastar-se a si mesmo) de Diógenes e não hesitava em tomar como lição alguns de seus costumes:

[...] Por minha causa, aqueles [sábios] precisam vir conhecer Diógenes bem como ele precisa conhecê-los. E eu também, como Diógenes, devo alterar as moedas e falsificar as bárbaras com a efígie grega. (PLUTARCO. **Sobre a fortuna ou a virtude de Alexandre** 332, tradução nossa)¹⁰

Alexandre julgava-se, assim, um filósofo em ação por enxergar em sua conquista do mundo conhecido o propósito filosófico de civilizar cada região atravessada, disseminar a justiça e a paz, estimular e promover a troca de costumes, o cosmopolitismo enfim. É, então, na conclusão dessa explicação¹¹ que Plutarco faz seu Alexandre dizer sobre a fabricação de uma moeda nova, usando o verbo παρακόπτω, que indicaria a falsificação num sentido mais técnico, bem como o ambíguo παραχαράττειν – provavelmente, o verbo sempre utilizado nas alusões à história da falsificação da moeda por Diógenes: “eu também, como Diógenes, devo alterar [παρακόψαι] as moedas e falsificar [παραχαράξαι] as bárbaras com a efígie grega”.

Tal como no relato de D. Laércio, a expressão, em referência a Diógenes, parece tirar proveito, no relato de Plutarco, de seu valor histórico (independente de sua veracidade) para enriquecer seu valor metafórico. Se usada no sentido denotativo, ela explicitaria, na prática, a solução que Alexandre tinha em mente para criar sua nova moeda: alterar a moeda dos bárbaros. No sentido figurado, porém,¹² a expressão apenas coroaria me-

taforicamente o projeto de Alexandre de helenização do mundo, em que tanto o conquistador quanto o conquistado contribuiriam para a formação do império, agremiando-se num mesmo espaço.

Em geral, as alexandras eram moedas de prata e de ouro que seguiam o valor ponderal do modelo ático do quinto século, nas quais se via como legenda o nome de Alexandre no genitivo, indicando a posse “de Alexandre” [Ἀλεξάνδρου]. Nas de prata, Hércules e Zeus figuravam no anverso e no reverso, respectivamente, ao passo que nas de ouro, Atena e Niké constituíam a dupla estampa. Sabe-se que, no caso de moedas a serem forjadas iguais num grande número de cidades (o que acontecia com as moedas emitidas no alcance de um reino ou um império como o de Alexandre), gravava-se sobre elas uma marca para indicar o lugar da fundição das séries. Mas, à parte esses sinais que diferenciavam cada série, as moedas fabricadas nas diferentes regiões submetidas a um único poder tinham uniformemente os mesmos tipos e as mesmas legendas. Sabe-se ainda que a emissão de moedas com o nome de Alexandre representa um fenômeno maior na história das moedas, sobretudo nos últimos anos de seu reinado. E tal observação funda-se na ideia implícita de uma massa metálica essencialmente estável, que teve significativo aumento com os butins de guerra orientais capturados pelo filho de Felipe (BABELON, 1979; CALLATAÿ, 1993). Tendo em vista a amplitude da fabricação das moedas durante o reinado de Alexandre, é de se desconfiar, portanto, que o rei tenha requerido o essencial da massa metálica disponível (LE RIDER, 2003), parecendo natural ao julgamento de Plutarco, se o sentido da expressão for literal, que a nova moeda, a moeda imperial, estaria destinada a suplantiar toda variedade, fazendo desaparecer as anteriores.¹³

Se há a possibilidade de que uma confirmação histórica mínima se some ao construto metafórico no uso da expressão *παραχράττειν τὸ νόμισμα* no episódio de Diógenes Cínico, essa possibilidade, no episódio de Alexandre, mostra-se igualmente possível e incerta. Porém, tal como no caso de Diógenes, não seria preciso escolher um dos dois sentidos pois, ainda que o valor metafórico se apresente com mais força narrativa do que o valor histórico no episódio narrado por Plutarco, é evidente que o primeiro só pode existir e ser compreendido enquanto metafórico em função da plasticidade da expressão, ou, em outras palavras, pelo fato de que a expressão *παραχράττειν τὸ νόμισμα* pode transitar de um lado a outro, revelando, por conseguinte, quão frágil é a fronteira entre eles.

Essa fragilidade da fronteira entre o histórico e o metafórico, que enriquece a expressão, por fim pode ser entendida à luz da disposição que a cultura grega desenvolveu, ao menos desde Homero, não para o falso, mas para certa solidariedade entre verdade e mentira. Em comum, os episódios narrados por D. Laércio, por Plutarco e o decreto que aceita a circulação de moedas produzidas com “o mesmo caráter” que o ateniense, evidenciam uma espécie de reconhecimento por parte da cultura grega da força produtiva do falso, entendida como uma força que nasce não restrita ao universo da mentira, mas na fronteira que mistura mentira e verdade.

III - Moedas falsas para se pensar a falsificação das histórias

Como as histórias de Diógenes Cínico e Alexandre, várias outras poderiam ser aludidas, porque não há dúvida de que o falso é um elemento fundamental da cultura grega. Na épica, no teatro, na história, na filosofia, a mentira [ψεῦδος] é um dos elementos que constituem a narrativa [ὁ μῦθος]. O ψεῦδος, nesse sentido, é um elemento – embora um elemento de múltiplos sentidos – que estrutura a cultura grega e que a estrutura à medida que a altera. O caso é que o contraste vocabular entre ψεῦδος e ἀλήθεια curiosamente não ajuda a entender a fluidez das fronteiras que existem entre uma noção e outra. Daí, talvez, a necessidade de observar como essa mesma fronteira constrói-se igualmente fluida em experiências gregas que, em princípio, não se inscrevem no perímetro vocabular das noções de ψεῦδος e ἀλήθεια (tal como no trato das moedas), mas que inevitavelmente participam da elaboração e da sofisticação delas nas práticas sociais. Assim, os casos das moedas falsificadas podem auxiliar na empreitada de compreender essa fluidez que domina os universos da verdade, da mentira e da ficção.

No século V a.C., é justamente o teatro que institui e leva ao extremo o pacto de ficcionalidade em que verdade e mentira se combinam.¹⁴ A tragédia, em cena, reconduz e reforça a imitação; ela “fabrica imageticamente suas imagens” [εἶδωλα εἰδωλοποιοῦντα] (PLATÃO. República X, 605), com a intenção de satisfazer um público através do espetáculo e, segundo Platão, ávido pelo espetáculo. Por isso, o Odisseu das tragédias não poderia confundir-se com o Odisseu homérico, mas, ali, em cena, caracterizado como Odisseu, falando, pensando, agindo como Odisseu, ele torna-se, por-

que mais falso, mais verdadeiro do que o Odisseu que o precedeu. O teatro clássico quer tornar (e torna) a personagem mítica mais verdadeira do que até então tinha sido. O mito é seu material mesmo que a tragédia já não seja mais o mito (VERNANT, 2001), exatamente porque sobre esse material o poeta trágico imprime uma nova estampa e fabrica, assim, uma moeda falsa-verdadeira. Como a moeda falsa-verdadeira que tem o “mesmo caráter que o ateniense”, mas não tem o caráter ateniense, o herói trágico vai ter o “mesmo caráter que o herói do passado”, mas não o caráter do herói do passado. Essa nova moeda, tal como a verdadeira, vai poder circular livremente por Atenas, mas apenas por ser como a verdadeira – e, portanto, por não ser a verdadeira – é que ela será capaz de colocar o uso corrente da verdadeira em questão.

A tragédia muda o lugar do mito ou, ao menos, seu lugar com relação à história. O mito então já não oferece soluções diretas, pautadas pela autoridade da tradição. O herói já não sabe mais como agir. O tirano e o herói aparecem todo o tempo em cena, embora eles passem a ser questionados em sua potência e em seus valores. De fato, é pelo suporte da tradição que novas possibilidades de respostas e de atitudes são forjadas, mas as tragédias não repetem a estampa do mito. O que as tragédias fazem, usando o seu suporte, é fabricar versões ligeiramente alteradas, que, por serem alteradas em pontos essenciais, apresentam novas versões. E o que é uma versão ligeiramente alterada, ou o que é outra versão senão uma *falsificação*? O que é a tragédia senão uma nova versão do mito que, por isso mesmo, sendo uma versão do mito está longe de recusá-lo, de recusar seu material, mas que, sendo uma nova versão, ao mesmo tempo imprime sobre ele, sobre o material já existente, uma efígie nova, uma nova imagem? Os quatorze mil cidadãos que vão ao teatro já conhecendo seus heróis e veem em cena novos Odisseus, Agamêmmons, Menelaus, Ájaxes, Filoctetes, Helenas, Clitemnestras, veem-nos, por certo, ao mesmo tempo diferentes e verdadeiros. As personagens da tragédia, a despeito de modificadas, falsificadas, em cena têm voz, têm movimento, têm vida; elas, através desse novo pacto de ficcionalidade criado pelo teatro, passam a ser tão verdadeiras que chegam a ser mais verdadeiras que as antecessoras.

Fato sintomático tanto da fragilidade própria desse novo pacto quanto da força de seu teor de verdade é o episódio narrado por Heródoto sobre a apresentação em 494 a.C. da peça **A tomada de Mileto**. O poeta Frínico põe em cena o desastre que, dois anos antes, os persas haviam levado à cidade jônica. O resultado da representação histórica descrito pelo historiador é um público em lágrimas e uma multa para o poeta de mil dracmas.

Já os Atenienses, ao terem conhecimento da tomada de Mileto, mostraram-se consternados, testemunhando sua dor de mil maneiras. No teatro, por ocasião da representação de uma tragédia de Frínico, que tinha por tema a captura daquela cidade, os espectadores debulharam-se em lágrimas, sendo o poeta condenado a pagar uma multa de mil dracmas por haver lembrado aos povos aquela imensa desgraça que ele sentia como se sua própria fora. Além disso, a peça ficou proibida de ser representada em Atenas por quem quer fosse. (HERÓDOTO. VI, 21, tradução de Mário da Gama Kury)

O teatro clássico parece conseguir, portanto, tornar suas personagens (sejam elas míticas ou históricas) muito verdadeiras. A multa que recebe Frínico evidencia o quanto a emoção decorrente da força desse pacto assusta por sua capacidade de afetar. É a natureza mesma do teatro que institui esse novo e profundo pacto de ficcionalidade (ou de falsificação) com seu público: pois lá, à sua frente, o público vê Odisseu, Agamêmnon, Menelau, Ajax, Filoctetes, Helena, Clitemnestra, em ação, em carne e osso.

Documentação escrita

Diogenis Laertii vitae philosophorum, 2 v. Ed. H. S. Long. Oxford: Clarendon Press, 1964, Repr. 1966.

HERÓDOTO. **História**. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1985.

HÉRODOTE. **Histoire d'Hérodote**. Trad. Larcher. Paris: Charpentier, 1850 (Pour le texte grec: ed. A. D. Godley. Cambridge 1920).

_____. **L'Enquête**. Édition d'Andrée Barguet. Paris: Gallimard, 1990.

HOMERO. **Homeri Odyssea**. Ed. P. Peter von der Mühl. Basel: Helbing & Lichtenhahn, 1962.

PLUTARCH. On the fortune of Alexander. In: _____. **Plutarch's Moralia**: in fifteen volumes. Trad. Frank Cole Babbitt. W. Heinemann: Harvard University Press, 1961.

PLUTARQUE. La fortune ou la vertu d'Alexandre. In: PLUTARQUE. **Oeuvres morales**. Tome V. 1ère partie. [Traité 20-22], La fortune des Romains, La fortune ou la vertu d'Alexandre, La gloire des Athéniens. Trad. Françoise Frazier. Paris: Les Belles Lettres, 1990.

_____. **Vies parallèles**. Trad. Anne-Marie Ozanam. Éditions Gallimard, 2001.

Suidae lexicon, v. 4, Ed. Adler, A. Leipzig: Teubner, 1935, Repr. 1971; *Lexicon graphi Graeci* 1.4.

Inscrições

Agora Object: I 7180 (Nomothetai Decree)

IG XII, 2, 1. (The Monetary Pact between Mytilene and Phokaia)

Referências bibliográficas

BABELON, E. **Introduction générale à l'étude des monnaies de l'antiquité**. New York: Arno Press, 1979.

BRANDÃO, J. L. **Antiga musa** (arqueologia da ficção). Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

BYWATER, I.; MILNE, J.C. ΠΑΡΑΧΑΡΑΞΙΣ. **The Classical Review**, v. 54, n. 1, p. 10-2, mar. 1940.

CALLATAÿ, Fr; DEPEYROT, G; VILLARONGA; L. L'argent monnayé d'Alexandre le Grand à Auguste. **Cercle d'Études Numismatiques Travaux**, n. 12. Bruxelles, 1993.

CALLATAÿ, Fr. Le cabinet des médailles de Bruxelles et les fausses monnaies Grecques. **Schweizerische Numismatische Rundschau**, v. 88, p. 289–298, 2009.

DUDLEY, D. R. **A History of Cynicism**. From Diogenes to the 6th Century A. D. Georg Olms Verlagsbuchhandlung Hildesheim, 1967.

FLORES-JÚNIOR, O. **Canessinecoda: filósofos e falsários: uma leitura do cinismo antigo a partir da literatura relativa a Diógenes de Sínope**. Dissertação de Mestrado em Filosofia. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – Departamento de Filosofia, 1999.

_____. Παραχαράττειν τὸ νόμισμα ou as várias faces da moeda. **Ágora**. Estudos Clássicos em Debate, v. 2, p. 21-32, 2000.

GRAFTON, A. **Faussaires et critiques: créativité et duplicité chez les érudits occidentaux**. Paris: Les Belles Lettres, 2004.

HEALY, J. F. Notes on the Monetary Union between Mytilene and Phokaia. **The Journal of Hellenic Studies**, v. 77, n. 2, p. 267-8, 1957.

HEISSERER, A. J. IG XII, 2, 1. The Monetary Pact between Mytilene and Phokaia. **Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik**, v. 55, p. 115-32, 1984.

LE RIDER, G. **Alexandre Le Grand: Monnaie, finances et politique**. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

LEVET, J.-P. **Le vrai et le faux dans la pensée grecque archaïque**: étude de vocabulaire. Paris: Les Belles Lettres, 1976.

MEIER, C. **De la tragédie grecque comme art politique**. Paris: Les Belles Lettres. 2004.

STROUD, R. S. An Athenian Law on Silver Coinage. **Hesperia**: The Journal of the American School of Classical Studies at Athens, v. 43, p. 157-88.

VERNANT, J.-P.; VIDAL-NAQUET, P. **Mythe et tragédie en Grèce Ancienne**- I. Paris: Éditions La Découverte & Syros, 2001.

Notas

¹ O presente artigo constitui parte da discussão que realizei em minha tese de Doutorado: COSTA, Lorena Lopes da. **Heróis antigos e modernos: a falsificação** para se pensar a história. 2016. 436 f. Orientador: José Antonio Dabdab Trabulsi. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2016. Para a realização da pesquisa, foi fundamental contar com o financiamento da Capes. E para a discussão aqui apresentada, destaco a importância da valiosa interlocução com meu orientador, Prof. Dabdab Trabulsi (FAFICH - UFMG), bem como com o Prof. Olimar Flores (LETRAS - UFMG).

² É certo que outros termos, como μῆτις (habilidade que pode levar à mentira); δόλος (artifício, armadilha, plano, enfim, que pode lançar mão da mentira para realizar-se); e mesmo o verbo λανθάνω (estar escondido; permanecer velado), de certa forma, compartilham o campo semântico do ψεῦδος, embora eles não signifiquem mentira, falso, ardil, invenção, errôneo, fictício ou ficção. Ver: LEVET, 1976; BRANDÃO, 2005.

³ Ver: **Suda** (Acousilaos).

⁴ Em épocas de efervescência comercial, sabe-se que a fabricação de moedas por artesãos que trabalhavam em seu próprio domicílio é estimulada. Ver: CALLATAÏ, 2009; BABELON, 1979.

⁵ Essa não é a única pena cabível apontada pela tradição, ao menos levando em conta outras cidades, pois se sabe que também o exílio e as multas foram sentenças aplicadas em situações afins, como indicará o caso de Diógenes Cínico, abordado a seguir.

⁶ A estela descoberta nos anos setenta pode ser visualizada em: <http://agora.ascsa.net/id/agora/object/i%207180> . O texto, por sua vez, está transcrito no artigo de Ronald Stroud, intitulado “Na Athenian Law on Silver Coinage”(1974).

⁷ A tradução aqui apresentada, por se tratar de uma inscrição com algumas lacunas e grandes dificuldades interpretativas, opta por reproduzir as escolhas feitas pelo tradutor para o inglês, autor do artigo que a apresenta, R. Stroud. Sua tradução para

inglês é: *Resolved by the Nomothetai, in the archonship of Hippodamas; Nikophon made the proposal: Attic silver currency is to be accepted when [it is shown to be] silver and bears the official die. Let the public Tester, who sits among [the] tables, test in accordance with these provisions every [day except] whenever there is a cash payment; at that time let him test in [the Bouleuterion.] If anyone brings forward [foreign silver currency] which has the same device as the Attic, [if it is good,] let the Tester give it back to the one who brought it forward; but if it is [bronze at the core,] or lead at the core, or counterfeit, let him cut it across [immediately] and let it be sacred to the Mother of the Gods and let him [deposit] it with the Boule* (STROUD, 1974, p. 159-60).

⁸ O documento, num trecho não citado aqui, chega a prescrever a punição ao comerciante que não aceitasse como pagamento a moeda falsa autorizada a circular. Ademais, a existência dessa lei parece apontar para a frequência das moedas falsas tidas como verdadeiras. Várias delas, de proveniências distintas (Egito, Síria, Palestina, Império Persa, Arábia), foram descobertas no lugar de sua produção, sem que, no entanto, se pudesse observar por parte do Estado ateniense algum desencorajamento da falsificação de “boa-fé”.

⁹ Nesse sentido, seria possível argumentar que os cínicos não teriam sido naturalistas; ao contrário, eles teriam simplificado os costumes, conforme o que propõe O. Flores-Júnior em sua dissertação **Canessinecoda: filósofos e falsários: uma leitura do cinismo antigo a partir da literatura relativa a Diógenes de Sínope**, 1999.

¹⁰ Texto original: ‘δι’ ἐμὲ κάκεινοι Διογένη γνῶσονται καὶ Διογένης ἐκείνους. δεῖ καὲ νόμισμα παρακόνει καὶ παραχαράζει τὸ βαρβαρικὸν Ἑλληνικὴ πολιτεία.’ In: **Plutarchi moralia**, v. 2.2, Ed. Nachstädt, W. Leipzig: Teubner, 1935, Repr. 1971.

¹¹ A explicação não reproduz aquilo que Alexandre teria dito, tal como “se eu não fosse Alexandre, Diógenes seria”(o que é já um registro de Plutarco e, apenas indiretamente, de Alexandre), mas aquilo que Plutarco teria imaginado como possível explicação de Alexandre para tal afirmação.

¹² O que é defendido em dois manuscritos medievais, quais sejam: **Barbérinianus 182** (fim do século X) e **Ambrosianus 881** (século XIII).

¹³ Segundo Babelon (1979), nem sempre, nas áreas conquistadas, a moeda de Alexandre substituiu por completo a local.

¹⁴ Embora os episódios citados de falsificação de moedas, sobretudo os de Diógenes Cínico e o de Alexandre (já que o decreto epigráfico pode ser datado do século V), sejam posteriores à tragédia, o objetivo da presente reflexão não é repertoriar a evolução da falsificação na Grécia antiga, mas fazer uso de alguns casos da tradição em busca de apreender o pacto de ficcionalidade (ou de falsificação) que justamente o teatro leva ao extremo.